

# PATRIMÓNIO LOCAL E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, UMA RELAÇÃO INEVITÁVEL.

Manuel Luís Almeida Ferreira - *Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UFP*

Aluno da Pós-Graduação em Ciências da Informação e Documentação

Luís Borges Gouveia - *Faculdade de Ciência e Tecnologia, UFP*

Professor Auxiliar

## ABSTRACT

This paper defends how critical can be the use of Information and Communication Technology as a tool to help local authorities on the promotion of local heritage. There seems to be possible to relate councils, local heritage and the use of Internet and computer facilities as means to extend cultural awareness.

In addition, the authors describe an example of how councils can take advantage of such Technologies as the use of Internet and the World Wide Web and their potential to promote local heritage.

## RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo crítico da importância que as tecnologias da informação e comunicação assumem, actualmente, como instrumento de divulgação e promoção do património histórico local/concelho por parte das autarquias. Verifica-se, com efeito, a inevitabilidade de uma correlação entre as autarquias, o património local e a Informática/Internet.

Adicionalmente, é realizada uma reflexão do posicionamento que as autarquias podem ter face à consideração, utilização e aproveitamento das imensas virtualidades que as tecnologias da informação e comunicação apresentam. Por último é analisado um caso prático que ilustra a reflexão realizada neste artigo.

## 1. INTRODUÇÃO

A Internet, enquanto meio de comunicação do século XXI, é entendida como o alicerce central do novo mundo da informação, tal como é defendido por Castells (2001). Neste sentido, surge o interesse de verificar, até que ponto, as autarquias do nosso país estão receptivas a este novo meio, em especial, saber de que forma os respectivos responsáveis pelas secções do património estão interessados em usufruir das inúmeras virtualidades que a Informática em geral e a Internet em particular oferecem face aos *media* tradicionais.

A ênfase da análise efectuada é a avaliação da importância que gradualmente os novos meios de informação e comunicação adquirem como “instrumentos” de divulgação, dinamização, promoção e protecção do património histórico. Partindo da análise de sites oficiais de autarquias nacionais, é feito o levantamento de informação que permitiu uma primeira imagem de como as autarquias usam a Internet para divulgar e dinamizar o seu património, bem como promover os respectivos concelhos/regiões. O presente estudo insere-se, também, na discussão que prevê a dotação de todos concelhos e todas as regiões do país de infra-estruturas básicas de suporte ao digital; este que marcará decisivamente novas formas de relacionamento entre o ser humano e a informação.

## 2. O PAPEL DA INFORMÁTICA NA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO

A Informática, considerada aqui como a utilização do computador, representa para os especialistas do património, nomeadamente quando o aumento considerável de vestígios provenientes das escavações “obriga” a uma rápida recolha, tratamento, ordenação e interpretação de dados, uma mais-valia única. Como Oliveira Jorge nos demonstra (1990,

192 pp. 57-58), há alguns anos, de uma maneira geral, podíamos reduzir o papel do computador em arqueologia e em património a três aspectos principais: tabelamento de dados; armazenamento e utilização de dados e análise estatística e matemática de dados. Todavia, poucos anos depois, verificamos facilmente que a informática serve a arqueologia e o património de um modo muito mais alargado, nomeadamente como grande meio de divulgação. Esta constatação é feita por Del F. Green (*Cit. in Jorge, 1990, p.52*) quando afirmou premonitória, na década de 90, que “*o computador estava prestes a romper com este velho muro de limitações práticas e a abrir uma era completamente nova nas investigações arqueológicas*”.

A informática permite “pôr em jogo”, através dos seus cálculos, numerosas variáveis de extrema importância para todas as ciências e técnicas que se aplicam ao património. A informática possui uma qualidade muito importante que falta ao homem e que é o desempenho (Moreau *Cit. in Jorge, 1990, p.72*), ou seja, a rapidez, precisão e fidelidade com que executa as instruções dadas ou como conserva dados e informação na sua memória.

Em síntese, estas novas tecnologias ao serviço das ciências históricas libertam, de alguma forma, o investigador em tempo e esforço, ao longo de todas as fases do seu trabalho (da prospecção à apresentação de resultados), o computador deixa-lhe mais tempo e energia para reflectir sem ter que se ocupar com tarefas de rotina.

### 3. A INTERNET: NOVO MEIO DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO.

Intrinsecamente associado ao computador e à informática, surgiu e popularizou-se, na última década do século XX, a Internet, ou seja, um novo conceito de difusão e troca de informação, um conceito que revolucionou grandemente o mundo tradicional dos *media*. De facto, são inegáveis as virtualidades que a *Internet* apresenta face a todos os *media* tradicionais e que se coaduna, perfeitamente, com a direcção irreversível que a civilização rumo à construção do que se denomina de “aldeia global”.

A Internet congrega em si as virtualidades que caracterizam quase todos os meios de informação e comunicação existentes: processamento de texto, imagem, som e vídeo; a tudo isto podemos ainda juntar a interactividade e o seu elevado nível de performance que lhe advém da sua rápida capacidade de processar e transmitir dados.

A este novo e inovador meio de comunicação não poderiam ficar alheias as ciências/áreas do património. Sabe-se que uma das principais adversidades/resistências que os investigadores encontram na prossecução das suas acções e projectos é o grande desconhecimento, ignorância mesmo, da sociedade em geral que urge, portanto, constatar através da divulgação, de dar a conhecer, explicar e até educar. É neste contexto que a Internet é útil ao permitir uma rápida e eficiente divulgação dos bens patrimoniais, de todos os vestígios do passado humano que a arqueologia traz à luz do dia. A Internet contribui assim inquestionavelmente para a sensibilização da sociedade e, mormente, daqueles que por direito têm capacidade política de apoiar as acções de divulgação e protecção do património local. A referência ao património local é feita neste estudo, uma vez que o património classificado de impacto nacional já vai usufruindo de uma atenção e apoio consistente por parte das entidades competentes.

### 4. O PAPEL DAS AUTARQUIAS NO ESTUDO, DIVULGAÇÃO E PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CONCELHIO.

As acções de protecção do património são relativamente recentes e, enquanto tal, depararam-se, ainda, com uma constante necessidade de se legitimarem perante aqueles que

não encontram nestas qualquer utilidade; antes pelo contrário, reconhecem-nas como um entrave ao chamado progresso que a sociedade actual, desenfreadamente, pretende continuar. Sabemos que aqui e acolá estas acções vão conseguindo, de forma muito meritória, que a delapidação dos testemunhos que restam do nossos antepassados abrande.

As autarquias do nosso país desdobram-se em diversas acções no sentido de dinamizarem ao máximo as suas áreas geográficas, os seus encanto naturais, os seus produtos, os seus serviços e, principalmente, os seus monumentos históricos e vestígios arqueológicos. Esta preocupação é facilmente compreensível uma vez que é de primordial importância no desenvolvimento dos concelhos a sua “auto-promoção”, a sua “auto-divulgação”, no sentido de atrair a si a atenção e o interesse do público em geral, quer numa lógica de promoção do território, quer na defesa dos valores e identidade locais.

É o património construído que gera e possibilita uma maior visibilidade em termos de promoção dos próprios concelhos. Num país como Portugal em que é necessária uma urgente acção pedagógica relativamente à salvaguarda do património construído, urge responsabilizar o poder político, a comunidade escolar e os próprios cidadãos no sentido de uma efectiva defesa dos sítios arqueológicos e monumentos históricos; relativamente ao papel que deve ser desempenhado pelo poder político, toma particular destaque a acção das autarquias, pois estas para além de um conhecimento mais profundo, têm capacidade e autonomia para apoiarem a salvaguarda do património do próprio concelho.

Apesar de, na maior parte das vezes, se tratar de um investimento com retorno a longo prazo e isso desencorajar o poder autárquico, vão-se verificando cada vez mais iniciativas de salvaguarda e dinamização de um património que é um testemunho fundamental da cultura e história da comunidade de uma região. Também os arqueólogos e investigadores, conscientes da crescente sensibilização por parte dos governantes locais e pelos responsáveis de turismo, apelam cada vez mais para as potencialidades turísticas dos sítios e vestígios arqueológicos.

Verifica-se mesmo situações em que são os próprios órgãos do poder local que tomam a iniciativa de cativar a comunidade arqueológica no sentido de lhes dinamizar um sítio arqueológico que atraia turismo. Não devemos esquecer as potencialidades de sedução, dinamização, de novidade que o turismo possibilita: é o contacto da região com um público cada vez mais alargado.

Esta relação património/turismo revela-se como uma necessidade geral sendo que esta prática deve ser uma garantia de defesa do património cultural. As autarquias, na prossecução dos projectos regionais de turismo, procuram uma correcta avaliação patrimonial e, conseqüentemente, prevêm a existência de um programa de investigação desse mesmo património; também na sequência dessa investigação se torna indispensável possuir um programa de conservação e divulgação do património.

Por tudo o que ficou dito, facilmente se conclui que as autarquias devem ter um papel activo no apoio ao estudo e divulgação do património concelhio: para além de uma obrigação é sobretudo uma mais-valia de inegável importância de promoção do próprio concelho. De referir, ainda, que a valorização deste património está intimamente relacionada com questões como o conhecimento científico, a sua protecção, conservação e divulgação ao público.

## 5. ARQUEOLOGIA, AUTARQUIAS E INTERNET: UM DIÁLOGO INEVITÁVEL

Valorizar o património implica dar a conhecer o significado dos vestígios humanos passados, as causas e conseqüências da ocupação humana no local e a relação com o meio envolvente. Depois de se ter explanado o papel das autarquias enquanto agentes dina-

194 mizadores do património arqueológico concelhio, deve-se acrescentar que se torna de primordial importância em todo este processo – a informação.

Para veicular informação acerca do património local, as autarquias utilizam diversas formas como a elaboração de roteiros, guias, desdobráveis, sinalização adequada, exposições monográficas entre outras. Ora, é neste contexto que é pertinente falar-se da Internet, como o terceiro elemento constituinte da trilogia constituída também pelos elementos património e autarquia. De facto, este meio de comunicação e informação é aquele que, devido às inúmeras potencialidades que ostenta, melhor serve as autarquias e por extensão a arqueologia nesta importante missão de divulgação.

Como se verifica pela análise de alguns *sites* nacionais de algumas autarquias, que não receram ser pioneiras neste domínio, o relacionamento da arqueologia, das autarquias e da Internet é muito bem sucedido, no sentido de que permite que o património histórico permaneça acessível a um público ilimitado e por um período de tempo indefinido.

Só é possível uma correcta e consistente valorização quando se conhece; e quando se conhece há que partilhar essa informação, não só com a comunidade científica, por natureza já interessada, mas, sobretudo, com a população em geral. Enfim, a Internet, com todas as suas virtualidades e potencialidades tende a manifestar-se como o meio de divulgação por excelência do património histórico local e da promoção dos próprios concelhos.

## 6. CASTELO DE VIDE: UM DO USO DA INTERNET

A página oficial da Secção de Arqueologia do concelho de Castelo de Vide constitui um bom exemplo de como a Internet representa um óptimo meio de divulgação e promoção dos testemunhos passados da presença humana no concelho.

Com efeito, neste concelho, o trabalho iniciado no Verão de 1981, por um grupo de estudantes, tem hoje uma grande visibilidade, fruto de um aproveitamento máximo de todas as potencialidades que este novo meio de informação permite. Esta visibilidade parte de uma oferta de todo um conjunto de informações a um público ilimitado; no caso vertente a Secção de Arqueologia de Castelo de Vide publica todas as acções que leva a efeito em termos de escavações arqueológicas e tratamento patrimonial no concelho.

Todas estas acções de divulgação e promoção do património concelhio só são possíveis com o auxílio de uma página *on-line* bem idealizada, estruturada e utilizada.

O *site* está disponível no servidor “AlentejoDigital” ([www.alentejodigital.pt/arqueologiacv/](http://www.alentejodigital.pt/arqueologiacv/)) sob dependência directa da *homepage* da autarquia, verifica-se que começa logo por remeter para o mundo da arqueologia e do património com um ícone (menir) (ANEXO I) que apresenta na página inicial e que serve de “porta de entrada”.

Uma vez dentro da página de apresentação tem-se à disposição um menu que permite ligação às várias hiperligações (hipertextos) (ANEXO II), às compartimentações da secção de arqueologia:

1. A apresentação do projecto e os principais objectivos da Secção de Arqueologia de Castelo de Vide na hiperligação “Apresentação”;
2. A localização geográfica do concelho na hiperligação “Onde estamos” (ANEXO III);
3. Na hiperligação “Divulgação” encontra-se um grande acervo de informações de vários arqueólogos que, ao longo dos anos, estiveram e estão ligados a este projecto;

4. É também possibilitado o acesso a todo um conjunto de bibliografia arqueológica (bastante extensa) do concelho através da hiperligação “Bibliografia” (ANEXO IV);
5. A hiperligação “Imóveis” remete para uma visita interactiva a todos os monumentos e vestígios arqueológicos, bem como a respectiva localização geográfica através de um mapa ilustrativo (ANEXOS II e V);
6. A hiperligação “Imagens” permite a visualização de mapas do concelho e de diverso espólio arqueológico recolhido através das escavações, organizado por períodos históricos (ANEXOS VI);
7. Mensalmente, é possibilitado o conhecimento exaustivo de uma “peça seleccionada” (vestígio arqueológico), por parte de uma equipa arqueológica, na hiperligação “Peça do mês” (ANEXO VII);
8. A hiperligação “Links” permite ligação directa a um conjunto de endereços de conteúdo correlacionado (ANEXO VIII);
9. Em destaque surge a hiperligação “Imóveis classificados do Concelho de Castelo de Vide” (ANEXO IX).
10. Finalmente, devem referenciar-se duas hiperligações importantes que deveriam fazer parte de qualquer *homepage on-line*: o mapa do site (ANEXO X), que permite uma visualização global e pormenorizada de toda a estrutura do site e a possibilidade de se executar uma pesquisa directa através de um termo pesquisável e assim encontrar directamente as informações que se pretendem visualizar;

Pela sua descrição, facilmente se conclui que escavar no *Arqueossítio*, que é a *homepage* da Secção de Arqueologia de Castelo de Vide (ANEXO XI e XII), é fácil e constitui uma experiência enriquecedora. Na verdade, aliada a uma boa estruturação e equilíbrio, o sítio possui boa apresentação gráfica, o que permite uma rápida e eficiente navegação e pesquisa; característica esta, tida como um dos critérios fundamentais na apreciação global de qualquer site.

Em suma, este site, dedicado ao património arqueológico concelhio, da responsabilidade directa de uma autarquia, constitui um verdadeiro exemplo de como se deve divulgar, defender e promover o património local de um concelho.

## 6. AS CIDADES DIGITAIS

O conceito “Digital”, ou a expressão “Cidade Digital”, apesar de ser ainda relativamente recente, tornou-se cada vez mais comum nas discussões do quotidiano. Em traços gerais as Cidades Digitais, mais do que um novo canal Web são um “espaço” onde se pode aceder à informação, e, sobretudo, um espaço onde se potencia a interacção com os munícipes/utilizadores, levando-os a adoptar uma nova atitude perante a informação. É neste sentido que esta temática se insere, com toda a pertinência, no presente estudo.

Associada à expressão “Cidade Digital” surge a expressão “Autarquia Digital”, esta que prepara o funcionamento orgânico e o quotidiano de uma autarquia para o suporte digital. Mas, a expressão “Cidade Digital” implica uma lógica de raciocínio que engloba não só as autarquias, mas também as instituições dessas regiões no sentido de possibilitar a partilha de informação, envolvendo os munícipes numa prática que permita a livre circulação e criação de informação de suporte à interacção (Gouveia e Gouveia, 2002).

Desta confluência não resulta apenas uma maior rapidez e eficiência na troca de informação, mas na modificação de atitudes dos munícipes perante o seu património de in-

196 formação. Os projectos das cidades digitais tandem para uma maior aproximação entre os munícipes, a administração local, as instituições de desenvolvimento regional, associações de promoção cultural e desportiva, os estabelecimentos de ensino, os serviços de saúde, a indústria, o comércio e outros, e mesmo os visitantes ou turistas que possam ser consumidores de informação com origem ou destino na referida cidade, incitando, simultaneamente, o uso das tecnologias da informação e comunicação (Gouveia e Gouveia, 2002).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ciências Históricas, ainda que recentes, ao fixarem como objecto de estudo os vestígios do passado humano, afirmam o seu valor e a sua importância perante a necessidade intrínseca do ser humano em conhecer e compreender o passado do seu semelhante. Desta forma, afirmam-se como áreas interdisciplinares e socorrem-se das mais variadas técnicas e ciências que contribuem decisivamente no cumprimento do seu objectivo. É neste contexto que a Informática e a Internet se tornam dois recursos fundamentais no tratamento e divulgação do *discurso histórico e arqueológico*.

Como ao longo deste artigo ficou evidente, as Tecnologias da Informação e Comunicação oferecem um conjunto de vantagens em relação aos *media* tradicionais, ou seja, apresentam um elevado grau de desempenho em termos de aquisição, tratamento, apresentação e divulgação de informação. Através de uma crescente consciencialização das autarquias e do poder local para as imensas virtualidades deste “novo” meio de comunicação e informação, começam a surgir iniciativas muito eficazes no que respeita às políticas patrimoniais.

Com efeito, verifica-se que a Internet permite às autarquias um duplo objectivo: por um lado a defesa e a divulgação do património arqueológico concelhio e, por inerência, a promoção global dos próprios concelhos.

Ainda assim, verifica-se a necessidade de alargar o debate em torno destas questões no seio do poder autárquico e das autarquias. Uma das maiores dificuldades na consciencialização da importância dos vestígios humanos do passado como marca da própria identidade de uma comunidade reside na falta de informação. É através da informação e da divulgação que se alcança o conhecimento, é o conhecimento que desencadeia estratégias de protecção e preservação.

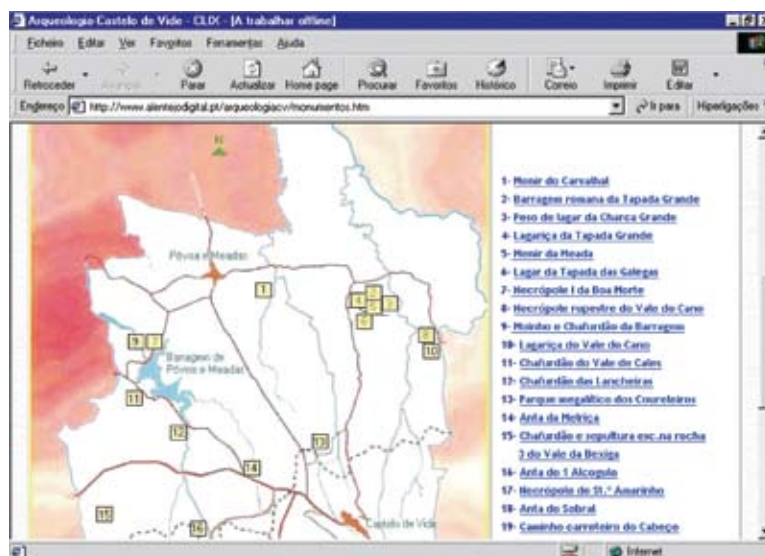
Aguarda-se, portanto, que o presente estudo proporcione pelo menos a reflexão sobre questões tão importantes que dizem respeito a todos e induza outros a manifestarem a sua opinião e, assim, poderem dar também o seu contributo no sentido da defesa do património local e do aproveitamento das virtualidades oferecidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação.

- Abreu, Mila (1997). Escavando na Internet. In: *Centro de Arqueologia de Almada, al-madan*, 11ª série, n.º 6, Outubro.
- Abreu, Mila (1998). Escavando na Internet. In: *Centro de Arqueologia de Almada, al-madan*, 11ª série, n.º 7, Outubro.
- Castells, Manuel. (2001). *The Internet Galaxy*. Oxford Press.
- D'Encarnação, José. (1997). Secção de Informática do Instituto de Arqueologia (Coimbra). In: *Centro de Arqueologia de Almada, al-madan*, 11ª série, n.º 6, Outubro.
- Fabião, Carlos. (1995). Património Arqueológico em Portugal: gestão de uma memória incómoda. In: *História*, ano XVII (N.S.), 11/12, Agosto/Setembro, pp.76-91.
- Gouveia, Joaquim e Gouveia, Luís (2002). Cidades Digitais. In: *Magazine centroatlântico.pt.*, Outubro, pp. 14-16.
- Gouveia, Luís. (2003). *Gaia Digital, Ligar o Real com o Virtual*. Cidades e Regiões Digitais – 1º Encontro Nacional 2003, 14 de Março de 2003, Auditório Municipal de Mirandela.
- Gutiérrez Lloret, Sónia. (1997). *Arqueologia. Introducción a la historia material de las sociedades del pasado*. Alicante, pp. 39-88.
- Lemos, F. Sande; Martins, Manuela. (1992). A Arqueologia Urbana em Portugal. In: *Penélope*, 7, pp. 93-103.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos (1998). *Metodologia da Investigação: Redacção e apresentação de trabalhos científicos*. Barcelos, Liv. Civ. Editora.
- Zilhão, João. (s/d). O Instituto Português de Arqueologia: balanço de um ano e meio de actividade. In: *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2-3, 2ª série, pp. 9-13.

Anexo I



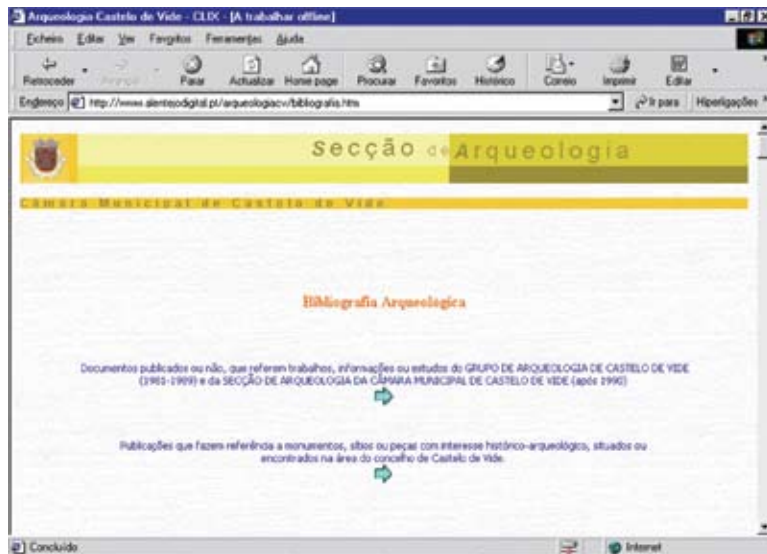
Anexo II



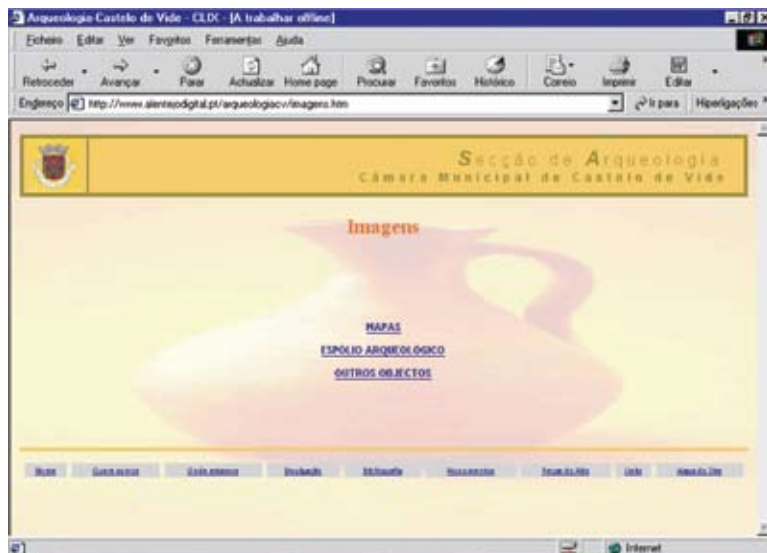
Anexo III



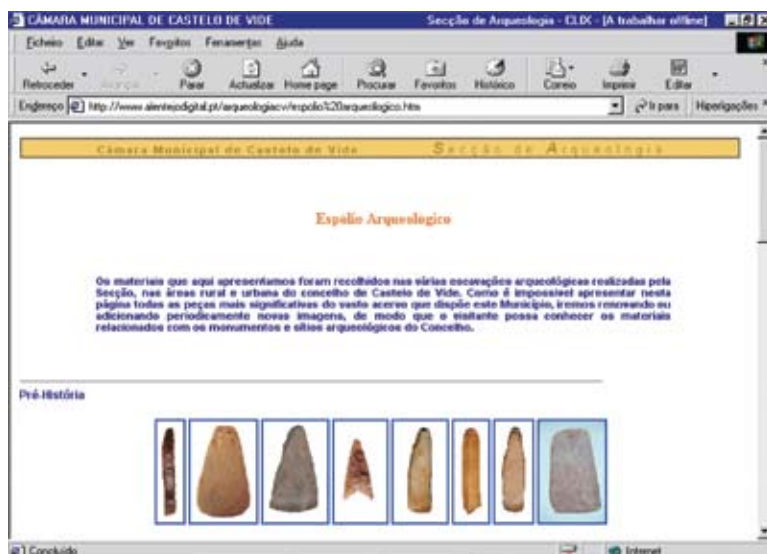
Anexo IV



Anexo V



Anexo VI



Anexo VII



Anexo VIII



Anexo IX

